

DEMOCRACIA LOCAL NA CIDADE DE SÃO PAULO: PARTICIPAÇÃO E CULTURA POLÍTICA

Diego R. de Moraes Silva¹

Resumo: O nível local pode ser compreendido como espaço privilegiado para a vitalidade democrática, especialmente pelo protagonismo que é conferido à sociedade civil na atuação política em circunscrições geográficas mais específicas. Diante disso, o Instituto Sívís desenvolveu o projeto Índice de Democracia Local (IDL) com o objetivo de mensurar a qualidade da democracia nas cidades brasileiras em suas diversas dimensões, mas com especial ênfase sobre a cultura e a participação política. A partir dessa iniciativa, procurou-se dar novo fôlego aos estudos da democracia local no Brasil, que poderia oferecer novos caminhos para a superação dos desafios democráticos atuais. Este artigo apresenta o dossiê baseado nos resultados da aplicação do IDL na cidade de São Paulo em 2019, explorando suas implicações para o estado da participação e da cultura política no município.

Palavras-chave: Democracia local; Participação política; Cultura política; São Paulo; IDL

Recebido em: 28/04/2020

Aceito em: 01/09/2020

¹ Doutor em Política Científica e Tecnológica pela UNICAMP e pesquisador do Instituto Sívís. E-mail: diego@sivis.org.br

LOCAL DEMOCRACY IN THE CITY OF SÃO PAULO: POLITICAL CULTURE AND PARTICIPATION

Abstract: The local level can be seen as a privileged space for democratic vitality, especially due to the leading role that civil society plays in political action within more specific geographic locations. Therefore, the Sivilis Institute developed the Local Democracy Index (LDI) project with the objective of measuring the quality of democracy in Brazilian cities in its various dimensions, but with special emphasis on culture and political participation. Based on this initiative, efforts were made to give new impetus to studies of local democracy in Brazil, which could offer new ways to overcome current democratic challenges. This paper presents the special issue based on the results of the application of the LDI in the city of São Paulo in 2019, exploring its implications for the state of participation and political culture in this municipality.

Key words: Local democracy; Political participation; Political culture; São Paulo; LDI

Introdução

As democracias contemporâneas têm enfrentado desafios de diferentes naturezas, gerando preocupações a respeito de uma possível corrosão dos regimes ao redor do mundo. Há alguns anos, falava-se que por volta de 25 sistemas políticos já haviam experimentado rupturas democráticas desde a virada do milênio, envolvendo não apenas flagrantes golpes de Estado, mas também sutis degradações de direitos e procedimentos (Diamond, 2017 [2015]). Atualmente, é certo que o cenário não melhorou. Se algo mudou, é mais provável que, pelo contrário, haja ainda mais falências democráticas ocorridas ou em curso (Foa e Mounk, 2016; Levitsky e Ziblatt, 2018; Przeworski, 2019; Runciman, 2018). Muito do que se discute sobre as possíveis razões desse processo passa por um diagnóstico de crise da representatividade, no qual as instituições representativas se mostram incapazes de responder adequadamente aos anseios populares e perdem legitimidade (Nogueira, 2014). Ao que tudo indica, os cidadãos atuais se sentem cada vez mais distantes e alheios à política e suas instituições, suscitando toda sorte de efeitos deletérios para o regime democrático, que vão desde a apatia política até um alto grau de participação acoplada a uma concepção equívoca da democracia (Kirsch e Welzel, 2019). Dessa forma, abre-se espaço para a germinação de alternativas populistas e autoritárias na vida pública.

Os estudos da democracia local têm ganhado relevância tanto para a compreensão desse processo quanto para a proposição de ações que mitiguem a corrosão democrática. Para que a democracia floresça e prospere, portanto, é necessário que as decisões sejam tomadas o mais próximo possível dos cidadãos, ou mesmo pelos próprios cidadãos, num processo cívico de engajamento político, de modo que as próprias comunidades estipulem os seus desafios e encontrem soluções para os seus problemas (Elstub, 2008; Pateman, 1992). Neste sentido, argumentos em favor da democracia local encontram-se nas raízes da discussão sobre o governo representativo, abordada por autores como John Stuart Mill. Para ele, as instituições políticas locais seriam essenciais num sistema de governo democrático, já que, por um lado, elas ampliariam a oportunidade para participar aos cidadãos comuns, ensejando a capacidade para educa-los na prática política, e, por outro, os interesses, conhecimentos e capacidades locais para dirigir a administração das comunidades fariam com que o governo local fosse mais eficiente nessa tarefa (Mill, 1964 [1861]). Ou seja, uma possível solução para os impasses democráticos contemporâneos poderia passar justamente por uma inversão do olhar “de cima para baixo” (*top-down*) das tradicionais instituições da democracia representativa para um olhar “de baixo para cima” (*bottom-up*) que caracteriza a abordagem mais participativa e deliberativa da democracia local (King e Stoker, 1996).

A democracia local pode ser entendida, portanto, a partir de dois pilares, os quais, idealmente, trabalham juntos e se retroalimentam: i. Instituições do governo local – compreende as instituições que possibilitam o funcionamento da democracia no nível local, tais como

Prefeitura, Câmara de Vereadores, Conselhos Locais etc.; ii. Organizações da sociedade civil – compreende organizações privadas sem fins lucrativos, sociedades cooperativas ou organizações filantrópicas que se originam a partir da ação espontânea e livre dos indivíduos e se dedicam a projetos de interesse público e de cunho social. Partindo desses dois pilares (instituições e sociedade civil), é preciso considerar que tanto a noção de autogoverno quanto a proximidade da administração pública em relação aos cidadãos são centrais para a compreensão da governança democrática local. Desta perspectiva, os habitantes de uma dada localidade têm o direito e a responsabilidade de tomar decisões sobre os assuntos que os afetam mais diretamente e sobre os quais podem decidir (Sisk *et al.*, 2015 [2001]). No entanto, é característico da noção de democracia local a ausência de uma circunscrição clara, tornando o conceito por vezes elusivo, pois ele pode se referir a qualquer sistema de descentralização de poder e de responsabilidades para instituições democráticas e grupos locais em nível de cidades, vilarejos, distritos, bairros ou quaisquer outros equivalentes (Bulmer, 2017).

De qualquer maneira, nas diversas definições de democracia local, evidenciam-se tanto a relevância da sociedade civil quanto o protagonismo que dela se espera, haja vista a existência de mecanismos de participação e de tomada de decisão descentralizada. Sem dúvida, desde, pelo menos, o estudo seminal de Tocqueville (2003 [1835/1840]) sobre a democracia nos Estados Unidos, já existe clareza sobre a importância do nível local enquanto lócus privilegiado para a vitalidade democrática, especialmente pelo protagonismo que é conferido à sociedade civil na atuação política em circunscrições geográficas mais específicas. Ainda assim, há, nesse conceito, uma compreensão sobre os processos essenciais da vida democrática que se aplicam universalmente, isto é, independentemente do nível de análise (Sisk *et al.*, 2015 [2001]). Basicamente, isso significa que, a despeito de suas particularidades, a democracia local pode ser compreendida como uma manifestação localmente situada da democracia enquanto um fenômeno mais amplo, na medida em que reproduz as suas principais características.

Desse modo, é possível afirmar que as democracias locais são caracterizadas pelas mesmas dimensões que definem a democracia no geral, a saber: Processo Eleitoral; Liberdades e Direitos; Funcionamento do Governo; Participação Política e Cultura Democrática. De fato, a já mencionada obra de Tocqueville fornece um dos marcos iniciais para uma tradição intelectual que, no âmbito da teoria política, enaltece incisivamente o autogoverno local enquanto um dos componentes fundamentais das estruturas e práticas democráticas mais amplas (Pratchett, 2004). Com efeito, o pleno desenvolvimento dessas dimensões no nível local é essencial para a construção de uma fundação sólida que enseje o florescimento de uma democracia forte e duradoura nos níveis regional e nacional (Kemp e Jiménez, 2013). Porém, é também notável que o significado de democracia local conceda ênfase especial sobre a participação direta dos cidadãos na vida pública e sobre o papel da cultura para a construção do pensamento popular em matéria de democracia (Sisk *et al.*, 2015 [2001]). Essas particularidades, não podem, de modo algum, ser desconsideradas.

No Brasil, boa parte do debate sobre democracia local tem se limitado ou às discussões acerca das consequências do federalismo brasileiro sobre as políticas estaduais (Borges, 2007, 2011) ou às discussões acerca da descentralização do funcionamento do governo nas municípios brasileiros (Dantas, 2012; Grin *et al.*, 2019). Apesar de serem temas e trabalhos de inquestionável relevância, há uma baixa ênfase e priorização, na literatura nacional, dedicada aos tópicos mais caros e relacionados ao conceito de democracia local, isto é, a participação e a cultura política, com algumas honrosas exceções (Avritzer, 2005; Azevedo, Santos e Ribeiro, 2009; Nunes, Sanches e Chaia, 2010). Com essa lacuna em vista, o Instituto Sivis desenvolveu o projeto Índice de Democracia Local (IDL) com o objetivo de mensurar a qualidade da democracia nas cidades brasileiras em suas diversas dimensões, mas com especial ênfase sobre a cultura e a participação política. A partir dessa iniciativa, procurou-se dar novo fôlego aos estudos da democracia local no Brasil, que poderia oferecer novos caminhos para a superação dos nossos desafios democráticos atuais.

A estratégia adotada para pautar o debate sobre a democracia local passa, portanto, pela necessidade de mensuração. Já é amplamente sabido que, dada a dificuldade de encontrar uma definição consensual para a democracia, os empreendimentos para mensurá-la encontram, com frequência, limitações consideráveis (Coppedge *et al.*, 2011). Se isto é verdade para a democracia em nível nacional, mais ainda o é para a democracia em nível local, também chamada por alguns de democracia subnacional, que consiste num campo de estudos mais jovem e que, em comparação com a sua equivalente nacional, encontra-se atrás em termos de clareza conceitual, rigor de mensuração e riqueza dos dados (Gervasoni, 2010). Todavia, apesar das dificuldades, é crescente a atenção dedicada à mensuração das democracias em níveis locais, considerando seu potencial para aprimorar as teorias de democratização e de mudança de regime, de um lado, e aumentar o entendimento sobre questões de desenvolvimento, conflito e governança regionais, de outro, já que a democracia existente em um país não vigora necessariamente, ou na mesma intensidade, por todo o seu território (McMann, 2018).

Diante desse panorama simultaneamente desafiador e instigante, o Instituto Sivis desenvolveu o IDL e já o aplicou em duas ocasiões: em Curitiba, no ano de 2017, e em São Paulo, no ano de 2019. A base empírica que enseja a produção dos artigos deste dossiê é justamente aquela proveniente da última aplicação que ocorreu em São Paulo em meados do ano passado. Mais especificamente, o banco de dados se refere à coleta de informações junto à população eleitoral da cidade para o cálculo de duas dimensões fundamentais do IDL: Participação Política e Cultura Democrática. Tal banco consiste numa amostra representativa de 2,417 entrevistas realizadas presencialmente entre julho e agosto de 2019. O desenho amostral utilizado foi constituído por duas etapas: (i) amostragem probabilística estratificada por conglomerados (regiões administrativas e setores censitários) para a seleção aleatória dos domicílios, com critérios sistemáticos de salto e de percurso, bem como estratificação implícita dos setores censitários com base no Índice de Desenvolvimento Humano em sua dimensão renda (IDH-R); (ii) amostragem

não-probabilística a partir de cotas para a seleção dos entrevistados representando a distribuição da população da cidade em termos de quatro variáveis: sexo, faixa etária, grau de instrução e status ocupacional.

Além de contribuir para a discussão da democracia local, cuja importância já destacamos nos parágrafos anteriores, cabe observar que pesquisas anteriores demonstraram que o estudo das cidades pode ser muito relevante para a Ciência Política. Especialmente quando a cidade em questão é uma metrópole como São Paulo, que compartilha diversas similaridades com outras grandes metrópoles do país e, possivelmente, também com outras grandes metrópoles mundiais, de modo que essas cidades são capazes de reproduzir uma heterogeneidade sociodemográfica de enorme valor analítico (Marques e Mont'Alverne, 2016). Sobre esse assunto, no seu estudo sobre a cidade de New Haven, em Connecticut nos Estados Unidos, Dahl (1961, p. V-VI, tradução nossa) argumentou que "muitos problemas que são quase impenetráveis em uma área maior podem ser eliminados com relativa facilidade nesta tela menor". Desse modo, limitar a pesquisa a uma única cidade pode também se mostrar útil para explorar os detalhes da dinâmica democrática num contexto local. Sem mais delongas, passemos agora, então, para uma breve apresentação dos artigos que compõem este dossiê, de forma a sublinhar como os autores contribuem para o avanço do conhecimento sobre democracia local em suas dimensões de participação e cultura política no Brasil.

Panorama do dossiê

Este dossiê reúne seis artigos que se debruçam sobre as variáveis do IDL em São Paulo para explorar o potencial analítico da base de dados coletada no projeto. Em especial, os trabalhos aqui reunidos conferem ênfase sobre os dados obtidos via *survey* com a população eleitoral da cidade, isto é, aqueles referentes às dimensões de participação política e cultura democrática. Os autores realizam importantes contribuições para a literatura de Ciência Política dedicada aos estudos da democracia local ao demonstrar como uma miríade de interessantes variáveis interagem para formatar o comportamento político numa circunscrição micro, tais como: dogmatismo e extremismo ideológico; desigualdades socioeconômicas; apoio à democracia; filiação religiosa; contato com o Estado e os serviços públicos; dentre outros. Passemos agora para uma breve apresentação de cada um destes trabalhos, a fim de fornecer um panorama geral do dossiê e mostrar como os achados aqui coligidos importam para o estudo da democracia local em São Paulo e também para o Brasil como um todo.

No artigo que abre o dossiê, Ribeiro e Borba (2020) partem do Modelo do Voluntarismo Cívico (MVC) de Verba et al. (1995) para analisar a relação entre participação política e extremismo ideológico dos entrevistados pelo *survey*. O artigo inova ao combinar tais medidas de

caracterização ideológica com variáveis de dogmatismo, tais como fechamento ao diálogo e rigidez de opinião. Os autores partem da hipótese de que os indivíduos mais ideologicamente extremados são mais ativos politicamente, o que já foi encontrado por outros trabalhos recentes (Schlozman, Brady e Verba, 2018). Os resultados observados pelos autores confirmam parcialmente essa hipótese, indicando a existência de uma clivagem entre extremistas e moderados, principalmente no que diz respeito à esquerda, que apresenta maior probabilidade de engajamento em diversas modalidades de envolvimento político, em especial ativismo eleitoral e manifestações públicas, embora a extrema direita tenha se sobressaído no engajamento online e nas instituições participativas. Estes resultados levantam um importante alerta para a democracia paulistana, e muito provavelmente também para a brasileira, referente ao possível processo de expulsão (*crowding out*) dos moderados das arenas de participação política, que se sentem desmotivados a participar em ambientes de extrema polarização política.

No artigo seguinte, Mitozo e Massuchin (2020) deslocam o enfoque para a relação entre variáveis socioeconômicas e participação política. Um dos principais fatos estilizados da literatura de comportamento político indica que o grau de participação dos indivíduos é uma função de seu status socioeconômico. Daí este modelo ser conhecido como SES, sigla em inglês para *Socioeconomic Status*. Estudos clássicos da Ciência Política encontraram evidências para este fenômeno (Campbell *et al.*, 1960; Verba e Nie, 1972), embora modelos mais sofisticados tenham sido propostos posteriormente (Verba, Schlozman e Brady, 1995). Ainda hoje, todavia, as variáveis socioeconômicas apresentam grande relevância nas discussões sobre participação política, e é justamente por este caminho que as autoras deste artigo enveredam na sua exploração dos dados do IDL. Em específico, elas encontraram que variáveis como renda e escolaridade estão positivamente associadas à participação política em diversas modalidades, institucionais e não-institucionais, entre os cidadãos de São Paulo. Por outro lado, ao contrário do que seria esperado, as autoras também encontraram que a idade não parece ser um fator decisivo na escolha dos indivíduos por uma arena participativa, seja ela presencial ou online. Este parece ser um achado de enorme relevância para os estudos sobre as novas plataformas de participação política, as quais atraem muito interesse tendo em vista seu potencial tanto para aprimorar o engajamento cívico quanto para minar as bases da democracia, a depender de como são utilizadas.

Nesta mesma linha de pesquisa, o artigo de Fernandes (2020) aprofunda na discussão acerca dos efeitos das desigualdades sobre a participação política. Utilizando modelos multinível que levam em conta a renda per capita e o índice de Gini dos distritos paulistanos, o autor encontra evidências no sentido de que as realidades locais reproduzem segregação e agravamento das desigualdades, já que as diferenças socioeconômicas na participação política são maiores em localidades mais ricas e desiguais. Ademais, o artigo mostra que os grupos mais privilegiados em termos econômicos e educacionais são distintamente mais participativos, sobretudo em âmbitos não-institucionais, tais como associações da sociedade civil, manifestações públicas e engajamento político online. Ou seja, apesar de, por muito tempo, a literatura sobre

movimentos sociais e mobilização popular ter celebrado a participação política não-convencional como uma importante alternativa democrática ao elitismo das instituições tradicionais, a evidência empírica encontrada pelo autor aponta que quem mais se beneficia e se aproveita destes novos canais de influência política na cidade de São Paulo são justamente os mais privilegiados, contrariando o ideal de igualdade democrática preconizado por autores como Dahl (1989) e Dworkin (2000).

Na sequência, Kniess e Santos (2020) voltam o olhar para a relação entre religião e democracia em nível local, com um enfoque sobre a adesão a princípios democráticos entre os evangélicos paulistanos. Em linha com os achados da teoria da modernização e do desenvolvimento humano, popularizada por Inglehart e Welzel (2009 [2005]), os autores encontram que, embora o pertencimento a alguma denominação evangélica exerça certo efeito negativo sobre os valores democráticos dos fiéis, tais como falta de abertura ao contraditório e de tolerância política, tais efeitos são relativamente menos importantes se comparados com outras variáveis socioeconômicas, tais como educação e renda. Assim, uma vez que os evangélicos paulistanos se configuram como uma parcela populacional de menor renda e escolaridade na cidade de São Paulo, é possível que o efeito negativo da religião seja condicionado pela existência (ou inexistência) de condições materiais estáveis que dariam vazão, segundo a teoria da modernidade, a valores pós-materialistas e de autoexpressão em sintonia com a democracia. Nesse sentido, é bom lembrar, como os autores bem o fazem, que a religiosidade em si não necessariamente implica menor adesão à democracia, mas pode, sim, estar associada a outras variáveis que afastam os indivíduos dos valores democráticos.

Em seguida, o artigo de Casalecchi e Braga (2020) dedica maior atenção à dimensão de cultura democrática do *survey*, questionando se existiria uma cultura política própria aos cidadãos de São Paulo. Tal indagação parte da constatação de que, apesar de já haverem várias pesquisas comparando as culturas políticas de diversos países, ainda pouco se sabe sobre a variação regional em termos de atitudes ou comportamentos políticos dentro de nações específicas (Henderson, 2007). Pensando no caso do Brasil, um país de dimensões continentais e importantes clivagens regionais e culturais, este tipo de questionamento faz ainda mais sentido. Para responder a esta relevante questão, os autores recorrem a um exercício comparativo: levantam os resultados das principais variáveis de cultura política presentes no Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), aplicado junto a uma amostra representativa nacional em 2018, e os comparam com os resultados de variáveis similares oriundas do IDL, aplicado junto a uma amostra representativa municipal de São Paulo em 2019. As evidências empíricas encontradas indicam a existência de particularidades importantes na cultura política paulistana, que se distingue do padrão observado nacionalmente por, dentre outros fatores, um maior nível de desconfiança nas instituições políticas e menor adesão formal à democracia, o que pode ser parcialmente explicado pela peculiaridade da história política e econômica do estado e da cidade de São Paulo.

Por fim, Turner (2020) aprofunda no estudo da cultura democrática paulistana a partir de um viés espacial. O autor procura investigar se a presença do estado, entendido enquanto organizações estatais como polícia, bombeiros e hospitais públicos, está associada a atitudes democráticas. Por um lado, o autor trabalha com a hipótese de que um maior acesso a recursos estatais levaria a uma maior integração e legitimidade democrática, já que a democracia depende da capacidade estatal para supervisionar as tomadas de decisão e colocar os seus resultados na prática (Tilly, 2007). No entanto, por outro, ele também considera a possibilidade de que alta exposição dos cidadãos a uma presença tóxica e violenta do estado, como ocorre muitas vezes na interação da população periférica brasileira com as forças policiais (Ahnen, 2007), prejudicaria o fortalecimento de uma noção de cidadania democrática. Utilizando dados de geolocalização para medir a distância entre os respondentes do IDL e os órgãos estatais, o autor mostra que os cidadãos que vivem mais próximos da presença do estado são mais propensos a expressar um forte apoio à democracia, ao mesmo tempo em que, quando trata-se de uma proximidade tóxica (envolvendo violência e intimidação) entre cidadãos e estado, esta relação mostrou-se um pouco mais frágil, embora ainda existente nos modelos mais robustos.

Concluimos, assim, a apresentação deste dossiê sobre a democracia local na cidade de São Paulo. Como pôde ser visto, os artigos aqui reunidos fornecem importantes contribuições para avançar nos estudos locais sobre a participação e a cultura política nos diversos contextos brasileiros. Esperamos que tais análises representem um importante passo em direção a um entendimento mais aprofundado da democracia na nossa nação e possam, assim, render valiosos frutos que auxiliem na transformação do Brasil em um país mais colaborativo, honesto e orientado à democracia. Desejamos uma boa leitura a todos!

Referências

- AHNEN, R. The Politics of Police Violence in Democratic Brazil. **Latin American Politics and Society**, v. 49, n. 1, p. 141–164, 2007.
- AVRITZER, L. New Public Spheres in Brazil: Local Democracy and Deliberative Politics. **Revista DIREITO GV**, v. 1, p. 55–74, 2005.
- AZEVEDO, S.; SANTOS, O.; RIBEIRO, L. Metrôpoles, cultura política e cidadania no Brasil. **Cadernos Metrôpole**, v. 11, n. 22, p. 347–366, 2009.
- BORGES, A. Rethinking State Politics: The Withering of State Dominant Machines in Brazil. **Brazilian Political Science Review**, v. 2, p. 108–136, 2007.
- _____. The Political Consequences of Center-led Redistribution in Brazilian Federalism: The Fall of Subnational Party Machines. **Latin American Research Review**, v. 46, n. 3, p. 21–45, 2011.
- BULMER, E. **Local Democracy**. Stockholm, Sweden: International IDEA, 2017.
- CAMPBELL, A. *et al.* **The American Voter**. Chicago, USA: University of Chicago Press, 1960.
- CASALECCHI, G.; BRAGA, M. DO S. Existe uma cultura política “paulistana”? Comparando surveys locais e nacionais. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, v. 29, n. 2, 2020.
- COPPEDGE, M. *et al.* Conceptualizing and measuring democracy: A new approach. **Perspectives on Politics**, v. 9, n. 2, p. 247–267, 2011.
- DAHL, R. **Who governs? Democracy and power in an American City**. New Haven, USA: Yale University Press, 1961.
- _____. **Democracy and its critics**. [s.l: s.n.].
- DANTAS, H. Atores fundamentais e funcionamento da democracia em nível local. In: CARNEIRO, J. M. B.; DANTAS, H. (Eds.). **Parceria Social Público-Privada: textos de referência**. São Paulo, Brasil: Oficina Municipal, 2012. .
- DIAMOND, L. (ED.). **Para entender a democracia**. Curitiba, Brasil: Instituto Atuação, 2017.
- DWORKIN, R. **Sovereign Virtue: the theory and practice of equality**. [s.l: s.n.].
- ELSTUB, S. **Towards a deliberative and associational democracy**. Edinburgh, Scotland: Edinburgh University Press, 2008.
- FERNANDES, I. A desigualdade na participação política do paulistano: segregação e democracia na Cidade de São Paulo. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, v. 29, n. 2, 2020.
- FOA, R. S.; MOUNK, Y. The Danger of Deconsolidation: The Democratic Disconnect. **Journal of Democracy**, v. 27, n. 3, p. 5–17, 2016.
- GERVASONI, C. Measuring Variance in Subnational Regimes: Results from an Expert-Based

Operationalization of Democracy in the Argentine Provinces. **Journal of Politics in Latin America**, v. 2, n. 2, p. 13–52, 2010.

GRIN, E. *et al.* (EDS.). **Descentralização Intramunicipal nas Capitais Brasileiras: As políticas, a política e a participação**. Rio de Janeiro, Brasil: Konrad Adenauer, 2019.

HENDERSON, A. **Hierarchies of Belonging: National Identity and Political Culture in Scotland and Quebec**. [s.l.: s.n.].

INGLEHART, R.; WELZEL, C. **Modernização, Mudança Cultural e Democracia: a sequência do desenvolvimento humano**. São Paulo, Brasil: Editora Francis, 2009.

KEMP, B.; JIMÉNEZ, M. **State of Local Democracy: Assessment Framework**. Stockholm, Sweden: International IDEA, 2013.

KING, D.; STOKER, G. (EDS.). **Rethinking Local Democracy**. London, UK: Macmillan, 1996.

KIRSCH, H.; WELZEL, C. Democracy Misunderstood: Authoritarian Notions of Democracy around the Globe. **Social Forces**, v. 98, n. 1, p. 59–92, 2019.

KNIESS, A.; SANTOS, D. Religião e Democracia em Nível Local: os valores democráticos dos evangélicos paulistanos. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, v. 29, n. 2, 2020.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **How democracies Die**. New York: Crown, 2018.

MARQUES, F. P. J.; MONT'ALVERNE, C. How Important is Twitter to Local Elections in Brazil? A Case Study of Fortaleza City Council. **Brazilian Political Science Review**, v. 10, n. 3, p. 1–35, 2016.

MCMANN, K. M. Measuring subnational democracy: toward improved regime typologies and theories of regime change. **Democratization**, v. 25, n. 1, p. 19–37, 2018.

MILL, J. S. **Considerações sobre o governo representativo**. São Paulo, Brasil: Ibrasa, 1964.

MITOZO, I.; MASSUCHIN, M. Engajamento público e Democracia: uma análise da Participação Política institucional e não-institucional na cidade de São Paulo. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, v. 29, n. 2, 2020.

NOGUEIRA, M. A. Representação, crise e mal-estar institucional. **Sociedade e Estado**, v. 29, n. 1, p. 91–111, 2014.

NUNES, E.; SANCHES, F.; CHAIA, V. Cultura política e valores de cidadania na Região Metropolitana de São Paulo. **Opinião Pública**, v. 16, n. 2, p. 478–515, 2010.

PATEMAN, C. **Participação e Teoria Democrática**. São Paulo, Brasil: Paz e Terra, 1992.

PRATCHETT, L. Local autonomy, local democracy and the “new localism”. **Political Studies**, v. 52, n. 2, p. 358–375, 2004.

- PRZEWORSKI, A. **Crises of Democracy**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2019.
- RIBEIRO, E.; BORBA, J. Participação política, extremismo ideológico e dogmatismo. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, v. 29, n. 2, 2020.
- RUNCIMAN, D. **How democracy ends**. New York, USA: Basic Books, 2018.
- SCHLOZMAN, K. L.; BRADY, H. E.; VERBA, S. **Unequal and Unrepresented: Political Inequality and the People's Voice in the New Gilded Age**. [s.l.: s.n.].
- SISK, T. *et al.* **Democracia em Nível Local: manual de participação, representação, gestão de conflito e governança do International IDEA**. Curitiba, Brasil: Instituto Atuação, 2015.
- TILLY, C. **Democracy**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2007.
- TOCQUEVILLE, A. **Democracy in America**. London, UK: Penguin Classics, 2003.
- TURNER, J. State Presence and Democratic Culture: A Spatial Investigation. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, v. 29, n. 2, 2020.
- VERBA, S.; NIE, N. **Participation in America: political democracy and social equality**. Chicago, USA: Chicago University Press, 1972.
- VERBA, S.; SCHLOZMAN, K. L.; BRADY, H. E. **Voice and Equality: Civic Voluntarism in American Politics**. [s.l.] Harvard University Press, 1995.